

DESEMPREGO COM VALOR RECORDE EM 8 ANOS

O CRESCIMENTO ECONÓMICO

DEVE SER A PRIORIDADE DAS PRIORIDADES

Os dados hoje divulgados pelo INE revelam um crescimento muito intenso do desemprego no 1º trimestre deste ano. Pela 1ª vez, desde 1998, o desemprego do INE ultrapassa a barreira dos 400 mil desempregados, fixando-se em 412.6 mil e numa taxa de desemprego de 7.5%.

O desemprego continua a crescer a ritmos verdadeiramente preocupantes; em apenas 1 ano (do 1º trimestre de 2004 para o 1º de 2005), o número de desempregados aumenta em 65. 4 mil (+18.8%), o que é claramente insustentável. Nesse mesmo período, a taxa de desemprego passa de 6.4% para 7.5%, ou seja, mais 1.1 ponto. Do 4º trimestre de 2004 para o 1º trimestre de 2005 a taxa de desemprego subiu de 7,1% para 7,5% e o número de desempregados de 389,7 para 412,6 mil (mais 5,9%)

Em vez da tendência de descida do desemprego que alguns preconizavam desde finais de 2004, os dados do INE vem agora confirmar que ainda estamos distantes dessa situação. De facto, a taxa de crescimento homólogo do desemprego (comparado com o mesmo trimestre do ano anterior) acelerou fortemente no 1º trimestre do ano, tendo passado de 9.6% no 4º trimestre de 2004, para os actuais 18.8%.

O aumento do desemprego apurado pelo INE fez-se sentir nos três sectores de actividade – Agricultura, Indústria e Comércio e Serviços, sendo a Indústria, construção, energia e água a grande responsável pelo comportamento do desemprego (cerca de 52% do acréscimo homólogo do desempregados à procura de novo emprego). Regista-se igualmente uma forte quebra do emprego nestes sectores; em termos homólogos, o emprego na Indústria, construção, energia e água diminui em 30.9 mil, dos quais 17.5 mil na Construção. Tal traduz encerramentos de empresas.

Apesar de as mulheres continuarem a estar mais representadas no desemprego - correspondendo actualmente a 53.3% do desemprego total - registou-se, no entanto, um crescimento homólogo do desemprego masculino ligeiramente acima do das mulheres, com variações percentuais de 19.5% e 19.2%, respectivamente.

Uma situação fortemente alarmante refere-se à dimensão e evolução do desemprego de longa duração (DLD) que, em apenas 1 ano, sobe 46.2 mil, registando uma variação de 29.2%, ou seja, muito acima da taxa média (18.8%).

No 1º trimestre, o número de DLD situou-se em 204.4 mil, ultrapassando por conseguinte os 200 mil e subindo o seu peso para os 49.5%. A situação é ainda mais preocupante se atendermos a que 51.8% destes desempregados (106 mil pessoas) se encontram em situação de desemprego há mais de 2 anos.

Para a UGT, o combate ao desemprego e a criação de emprego têm de ser assumidas como prioridades absolutas da política económica e social.

Assim:

1. É fundamental **assegurar um crescimento económico mais elevado** e gerador de emprego, condição indispensável para combater o insustentável nível do desemprego. Importa definir metas e políticas nas áreas do Investimento, em especial do investimento público, do consumo e assegurar a melhoria dos níveis de confiança dos agentes económicos e sociais.

A consolidação orçamental sendo importante para o desenvolvimento do País não deve constituir-se como entrave ao Crescimento económico, nomeadamente por via de uma redução indiscriminada das despesas públicas. Pelo contrário, importa ter presente que um crescimento económico mais intenso é um instrumento de consolidação orçamental, que a par com o combate à fraude e evasão fiscais, contribui para a correcção do desequilíbrio por via das receitas.

2. É igualmente essencial actuar por via das políticas activas de emprego, modernizando-as de forma a assegurar um melhor ajustamento entre a procura e a oferta de emprego e respondendo a problemas específicos de determinados segmentos da população, sendo de destacar as especificidades de grupos como os DLD, os jovens sem qualificações, os imigrantes, os desempregados licenciados.

3. Promover a qualidade do emprego, nomeadamente por via do combate à precariedade do emprego, da promoção da igualdade entre homens e mulheres e da efectiva melhoria das condições de trabalho, o que exigirá certamente uma intervenção mais eficaz da Inspeção do Trabalho.

Lisboa, 18 de Maio de 2005

A Comissão Permanente